

SUMÁRIO

Prefácio, 11

Apresentação, 17

Introdução, 19

1. **Limiar dos gêneros**, 29

Ambiguidade, 31

Identidade, 32

Sexualidade, 34

Representação, 36

Transgressão dos gêneros, 38

A teoria *queer*, 41

Formas de pensar, 45

2. **O arco-íris nas ruas**, 49

O levante histórico, 51

Identidades proscritas, 51

Comemorar a diferença, 55

Mergulho no *queer*, 56

O dinheiro cor-de-rosa, 57

3. **As relações de poder na mídia televisiva**, 65

O que vale é a audiência, 68

O telejornal e a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, 69

Globo, 70

GloboNews, 81

SBT, 82

Gazeta, 83

Band, 84

Rede TV, 84

Cultura, 85

BandNews e Rede Mulher, 86

A cronometragem, 86

As chamadas, 87

4. **No entretenimento, no humor e na telenovela, 99**

Beija Sapo, 99

A edição gay, 100

Zorra Total, 111

Sob Nova Direção, 114

América - Último capítulo, 120

De volta ao ponto, 125

Referências bibliográficas, 131

PREFÁCIO

Uma das grandes dificuldades para o avanço do conhecimento científico do fenômeno da indústria cultural no Brasil tem historicamente sido a pouca disposição de pesquisadores para se debruçar sobre a tarefa trabalhosa de investigar com rigor metodológico a realidade. É sempre mais fácil discorrer a partir de pesquisa bibliográfica e dos próprios pré-juízos.

Por isso, o livro de Irineu Ramos Ribeiro tem um grande mérito inicial: o de se centrar nos fatos em vez de apenas nas ideias. Além disso, tem a coragem de tratar de um tema difícil, sujeito a todo tipo de equívocos e desconfianças, por lidar com conceitos carregados de valores morais e comportamentos sujeitos a condenações peremptórias oriundas de puro preconceito.

Os estudos de gênero se disseminaram na segunda metade do século XX nas ciências sociais e especialmente na antropologia, na esteira dos movimentos sociais de liberação feminina e de identificação homossexual. Não poucas vezes, como é natural em todo processo culturalmente revolucionário, ocorreram exageros que beiraram o ridículo.

A onda do “politicamente correto” trouxe no seu âmago, com frequência indesejável, componentes autoritários, castradores e irracionais comparáveis aos que ela pretendia em princípio combater. Este livro não incorre nesses exageros e é uma contribuição importante, que ilumina em vez de obscurecer, para entender o fenômeno do tratamento que a TV aberta comercial brasileira dá à condição homossexual.

A televisão é no Brasil o mais importante veículo da indústria cultural e esta – ao lado de outros “aparelhos ideológicos”, para usar a consagrada fórmula althusseriana, como a escola, a igreja e a família – é fundamental (embora esteja longe de ter o papel preponderante que maus alunos da Escola de Frankfurt imaginam) na formação de identidades coletivas na sociedade. Ribeiro está certo, portanto, em sua disposição inicial de olhar a TV não apenas como fonte de entretenimento ou informação, mas também como um dos instrumentos por meio dos quais as imagens coletivas se constroem.

Também é correta sua assunção de que, de modo geral, o estereótipo do homossexual na TV brasileira tem sido associado a chacota, ridículo, valores pejorativos e está muito longe de qualquer pretensão de neutralidade. Ribeiro reitera essa assertiva com diversos exemplos que talvez nem fossem necessários, já que o senso comum dificilmente a negaria. Mas é importante que ele a comprove com base na realidade porque, com isso, põe fim a eventuais contestações que poderiam ser movidas por razões ideológicas.

Embora os dois capítulos iniciais do livro sejam muito interessantes e sirvam como introdução ao tema – ao fazer uma revisão teórica da questão do gênero e da história do movimento homossexual no mundo e no Brasil –, é na segunda metade do livro que se concentra a sua principal contribuição aos estudos de comunicação, quando o autor realmente põe a mão na massa e usa métodos científicos para analisar de que modo telejornalismo, programas humorísticos e telenovela representam o homossexual no Brasil contemporâneo. A escolha da programação é adequada e justificável, e as conclusões a que chega são representativas do que ocorre de fato.

Embora o livro não trate a televisão como uma força maior do que realmente é, por vezes se utiliza de expressões, como “subliminar” com uma conotação que foge de seu significado preciso. “Subliminar” em comunicação é uma mensagem não apreendida pelos sentidos. Ou seja: uma palavra que não é percebida pela audição ou uma imagem que a visão não capta, mas que ainda assim pode ser absorvida pelo cérebro. Foram feitos estudos em que mensagens desse tipo, subliminares, eram transmitidas a espectadores, que embora conscien-

temente não as registrassem, depois davam indícios de que as haviam incorporado. Os estudos sobre o poder persuasivo dessa espécie de comunicação são inconclusivos.

Quando Ribeiro fala em associação subliminar entre a cobertura de um incidente com punks e a da Parada Gay em São Paulo, o que de fato constata é uma vinculação – intencional ou não, e isso é difícil comprovar – que os editores do telejornal fizeram entre dois acontecimentos distintos e autônomos, vinculação que é vista e ouvida pela audiência (portanto, não é subliminar) e que pode resultar em uma junção de valorações por parte de algumas pessoas no público (ou seja, alguns espectadores podem equivaler gay a punk).

Ao ler esse trecho do livro, recordei de meu trabalho de doutorado, quando estudei os efeitos do *Jornal Nacional* sobre comunidades de trabalhadores em bairros operários no Rio Grande do Norte e em São Paulo no final da década de 1970 e início da de 1980. Verifiquei o mesmo tipo de associações apontado por Ribeiro.

Por exemplo, um segmento sobre greves pacíficas de operários no ABC paulista era antecedido ou sucedido por cenas de protestos operários violentos, com depredação de prédios públicos na Europa. Intencionalmente ou não, a sequência sugeria ou poderia sugerir ao público que operários são violentos e transmitir uma imagem negativa dos movimentos de trabalhadores no Brasil naquela época.

Como minha pesquisa incluía o estudo de recepção, pude concluir que a maior parte dos telespectadores com que eu trabalhava não aceitava essa possível conclusão. Eles sabiam separar uma coisa da outra e não compravam a ideia de que a sociedade brasileira estivesse ameaçada por uma onda de violência causada pelas greves dos metalúrgicos do ABC naquele tempo.

Ribeiro, embora não pesquise a reação da audiência, demonstra, nesse mesmo trecho de seu trabalho, ser capaz de entender a ampla complexidade que cerca um fenômeno de comunicação de massa como este e não cai – feliz e sabiamente – na armadilha do maniqueísmo que tantas vezes caracteriza a abordagem acadêmica da indústria cultural.

Ele percebe, relata e realça que a conotação de perigo implícita na associação punk/gay é acompanhada na mesma reportagem pe-

la sugestão de que a tolerância é necessária. E outras mensagens, contraditórias, complementares ou mesmo antagônicas entre si, provavelmente podem ser percebidas na cobertura da Parada Gay como em qualquer outra porque assim é o processo da comunicação: sempre necessariamente diversificado e sujeito a um número tão grande de leituras variadas quanto o número de pessoas que se expõem a ele.

Ribeiro tem a rara capacidade de expor ao leitor as inclinações preconceituosas e reforçadoras de preconceitos que as emissões de TV disseminam em relação aos homossexuais sem cair na tentação de enxergar nisso uma conspiração dos setores dominantes da sociedade. Ele entende a dinâmica da indústria cultural – por ter trabalhado nela – e não a acusa de intenções diabólicas.

No entanto, o fato de não haver um complô não significa que os efeitos sociais eventualmente nocivos de material divulgado pela mídia, eivado de ideias e insinuações potencialmente instigadoras de mais preconceitos, deixem de ocorrer (“não é porque eu sou paranoico que necessariamente eu não estou sendo perseguido”). Mas em nome da objetividade possível, é preciso saber separar as coisas e Ribeiro o faz neste trabalho, o que lhe confere mais importância (Michael Moore com seu panfletarismo primário fez muito menos pela causa anti-Bush do que reportagens precisas a respeito de suas mentiras transmitidas por veículos de comunicação que almejavam alguma neutralidade).

Outra qualidade do trabalho é que ele não aborda a TV aberta como um bloco monolítico. É assim que frequentemente críticos apressados da comunicação de massa a tratam: como se fosse uma só organização, comandada por princípios unificadores e com objetivos comuns. Ribeiro, ao analisar a cobertura da parada gay por diversas emissoras, enxerga e conta ao leitor as muitas contradições existentes não apenas entre um e outro canal, mas inclusive no interior de cada um deles (em diversos programas ou dentro de um só programa). É assim que é a comunicação, pelo menos em sociedades que desfrutam de alguma qualidade democrática (mas até mesmo nas piores ditaduras): o oposto da unicidade, o que – novamente – não

quer dizer que seus efeitos não possam eventualmente ser mais ou menos únicos.

Ribeiro identifica corretamente que – da mesma forma como ocorre no campo da ideologia política e econômica – também na área da sexualidade existe um pensamento hegemônico (no sentido gramsciano, que inclui a indispensável coexistência de formas de pensar diversas da hegemônica e até opostas a ela), e que esse pensamento no mundo contemporâneo é heterocentrado, e isso se reflete na mídia. A mídia e a sociedade se retroalimentam no modo de tratar a sexualidade a partir de uma angulação binária, que – como argumenta Ribeiro – é “pouco condizente com a complexidade da diversidade existente nos seres humanos”.

Ele conclui, mais uma vez acertadamente, que o preconceito (que às vezes pode ser hostil e com muita constância é pejorativo, ridicularizador) contra o comportamento que escapa do binário é “estimulado de forma nem sempre explícita, apesar de o discurso oficial dos veículos midiáticos rechaçarem tal rótulo”. Na verdade, esse preconceito é estimulado na sociedade pela mídia, mas também é estimulado na mídia pela sociedade porque uma é o espelho da outra.

As últimas páginas do livro talvez sejam excessivamente pessimistas. Embora Ribeiro não se deixe contaminar ao longo da análise pelo tom reducionista e simplificador com que muitos avaliam o desempenho da indústria cultural, ele a encerra com um tom desesperançado, quando fala da “perpetuação de um discurso dominante sem espaço para o fervilhar de ideias e novos conceitos”. A simples descrição metódica que faz da cobertura da parada gay, em que algumas brechas no discurso heterocentrado são identificadas, demonstra que o fervilhar está lá.

Carlos Eduardo Lins da Silva

Mestre em Comunicação pela Michigan State University,
doutor e livre-docente pela Universidade de São Paulo.
Foi diretor-adjunto de redação dos jornais *Folha de S.Paulo*
e *Valor Econômico*. É o *ombudsman* da *Folha de S.Paulo*.

APRESENTAÇÃO

Pegue um cobertor, se o dia estiver frio, acomode-se no seu lugar preferido da casa e aproveite o livro que você tem em mãos. Se preferir, ligue, ao mesmo tempo, o televisor e observe, à medida que você avança na leitura, os programas que os canais abertos estão transmitindo. É bem possível que você reconheça, aqui e acolá, semelhanças entre a crítica de Irineu Ramos Ribeiro – pertinente, atual e fundamentada em bibliografia especializada em homoerotismo masculino e sexualidade – e sequências preconceituosas de uma novela ou comentários mal colocados, mas disfarçados, de apresentadores de programas de auditório. Afinal, como o autor demonstra, no Brasil ainda temos uma programação televisiva que, embora tente ser politicamente correta, tropeça quando as minorias, especialmente os gays, são expostas aos telespectadores.

Como o autor explica na Introdução, a ideia de desenvolver um estudo crítico sobre a veiculação do gay (ou de sua representação) na mídia televisiva começou em 2002, quando Clodovil Hernandez, o falecido deputado federal, estilista e apresentador, apresentava *A Tarde É Sua*, na Rede TV. Permeado de forte apelo sexual homoerótico, de deboche e de comentários maliciosos sobre tudo e todos, o programa durou pouco mais de um ano, mas foi suficientemente longo para funcionar como o embrião de um projeto acadêmico que tive o prazer de orientar no mestrado em comunicação da Universidade Paulista (Unip-SP).

Nos dois anos e meio em que acompanhei a pesquisa, fizemos vários recortes para que ela pudesse ser concluída no prazo e obedecesse

ao rigor acadêmico. Por isso, é com grande alegria que agora apresento o livro originado de sua dissertação, com os acréscimos que, àquela época, fomos obrigados a suprimir: os programas *Beija Sapo*, *Sob Nova Direção*, *Zorra Total* e o último capítulo da novela *América*.

A sustentação teórica, apresentada no primeiro capítulo, e o profundo senso crítico do autor, convidam o leitor a embarcar, sem intervalo para os comerciais, da primeira à última página. Em *A TV no armário*, conhecemos a gênese da teoria *queer*, sua confluência com o pensamento de Michel Foucault, a origem do movimento homossexual e, é claro, os exemplos com que a televisão aberta, querendo ou não, representou o gay – na maior parte das vezes, pejorativamente.

A análise que o autor faz dos noticiários sobre a Parada Gay de 2007 é um dos vários pontos altos do texto. Mas, se o leitor preferir, pode “zapear” e ir diretamente ao capítulo 4, para se deliciar com os diálogos trocados entre apresentadores, público e convidados dos programas de auditório e humorísticos com temática gay, ricamente comentados. Ou, então, pensar na solução que a novela *América* deu a personagem homossexual masculino.

Afinal, o livro de Irineu Ramos Ribeiro é como a teoria *queer*: muitos num só.

Barbara Heller

Doutora em Teoria Literária (Unicamp) e mestre em Comunicação (USP). Docente no mestrado em comunicação da Universidade Paulista (Unip) e pesquisadora, é autora de *Da pena à prensa* (2006).

INTRODUÇÃO

Desde que comecei a atuar no jornalismo, há quase trinta anos, observo com atenção a forma como os meios de comunicação abordam as diferenças de gênero. Podemos dizer que em geral a mídia aponta a sexualidade com deboche, discriminação e caricaturização.

Em 2002, um programa de TV chamou minha atenção. Era *A Tarde é Sua*, na Rede TV, apresentado, na ocasião, por Clodovil Hernandez, estilista e deputado federal falecido em 17 de março de 2009 aos 72 anos. Com um discurso baseado no deboche às leis vigentes e ao poder estabelecido, o apresentador transgredia¹ o tempo todo com gestos e palavras. Longe de ser ingênuo, Clodovil falava abertamente, em um programa vespertino de entretenimento, de situações inusitadas permeadas pelo comportamento sexual. Tampouco se importava – aparentemente – com a série de processos judiciais que caíam sobre ele, pois continuava a dizer tudo que pensava sobre o mundo e as pessoas. Irreverente, insinuava que uma ou outra autoridade ou personalidade mantinha um “lado obscuro” da vida, numa clara evidência

1 No sentido utilizado por Michel Foucault, seguindo uma ressonância nietzscheana, em que a transgressão tem o significado de uma nova estética. Incluo, também, o sentido dado por Eliane Borges Berutti (2002), que no artigo “*Transgenders: questionando os gêneros*” utiliza a palavra como um ato de rebeldia que quebra barreiras conceituais, e com o seu sentido latino: ação que leva alguém a atravessar uma fronteira para outros mundos, inclusive aqueles habitados miticamente por demônios, deuses e espíritos.

homoerótica. Em outras ocasiões, denunciava os bastidores da política, onde o sexo dava a tônica das relações. Clodovil, certamente, não conseguia seguir nenhum *script* da produção. Rasgava roteiros de entrevista e partia para o que sabia fazer melhor: quebrar os padrões estabelecidos. Como nas versões anteriores de seus programas, esta também durou pouco mais de um ano.

O comportamento de Clodovil era tão irreverente para os padrões televisivos da época e da TV aberta que comecei a pesquisar, em referências teóricas, a origem da irreverência aliada ao comportamento homoerótico. Encontrei na obra de Foucault, em seus discursos sobre sexualidade e poder, algo que poderia explicar a atuação de Clodovil. Uma característica essencial da análise da sexualidade de Foucault e das interpretações pós-estruturalistas e *queer* decorrentes consiste em não considerar o indivíduo um sujeito autônomo cartesiano (“Penso, logo existo”), possuidor de uma identidade inata ou essencial, cuja existência independe da linguagem. O que casualmente os indivíduos afirmam como sendo o “eu” (ele próprio em si mesmo), não é senão uma ficção socialmente construída, um produto da linguagem e dos discursos específicos vinculados com as divisões do saber.

A conduta irreverente do apresentador pode muito bem ser interpretada pela teoria *queer*, a teoria do estranhamento. A palavra *queer*, em inglês, significa “estranho”, “esquisito”. Por um tempo, foi empregada de forma pejorativa para classificar os homossexuais britânicos e americanos, que se aproveitaram do termo para subvertê-lo. Na comunidade gay, aqueles que se identificam como *queer* normalmente são os mais politizados, em sua maioria influenciados pelo anarquismo e pelo pós-estruturalismo de Foucault. Eles, portanto, se enxergam fora dos padrões, inclusive dos gays.

Assim, passei a olhar a TV não apenas como distração ou fonte de informação, mas como um veículo de formação de identidade. Acompanhei atentamente a programação da TV aberta durante o ano de 2006. Direcionei minhas atenções em especial à TV Globo, líder de audiência, em especial a novelas e humorísticos, e ao programa *Beija Sapo*, da MTV, que promove uma abertura explícita ao homoerotismo.

Em geral, o gay é tratado de forma pejorativa e sempre lembrado com linguajar jocoso. Exemplos não faltam. Apenas para citar alguns, no dia 2 de maio de 2006, na abertura do programa *Mais Você* (TV Globo), o Louro José contou uma piada do tipo “o que é o que é?”: “Quando a goiaba começa a usar batom, sombra e brilho?”, perguntou. Ana Maria Braga respondeu: “Não sei”. E o Louro completou: “Quando está bichada”. Pequenos trocadilhos como esse se transformam num furacão na mente das pessoas, que passam a reproduzir um tipo de humor preconceituoso.

A novela *Cobras & Lagartos*, veiculada pela Rede Globo em 2006, mostrou vários capítulos nos quais “bibas” (termo jocoso utilizado entre os gays paulistanos para se identificar) caricatas servem de “escada” para atores consagrados.

Ainda em 2 de maio de 2006, num evento na Luxus, o famoso templo da moda da novela, antes de um concerto, uma funcionária entra na sala onde as jovens que atendem as clientes se produzem, dirige-se a um maquiador com trejeitos bem afeminados, que maquia uma das funcionárias do atendimento, e diz: “Eu disse para passar cobre!” (Referindo-se à cor da sombra nos olhos da funcionária.) O maquiador, passivamente e cheio de trejeitos, responde: “Meu amor, você vai arasaaaaaaaaasar com o cobre”. (Dirigindo-se à funcionária que está sendo maquiada.)

Em 6 de maio de 2006, no programa de humor *Zorra Total*, da TV Globo, Patrick – personagem gay que tem como mote a frase “Olha a faca!” – é desqualificado o tempo todo pelos outros personagens, que colocam sua masculinidade em jogo. Durante o esquete do programa, Patrick se recusa a contracenar com uma mulher numa cena em que é preparada uma foto para revista “de macho”, conforme o próprio texto. Ele alega que não pode contracenar com ela, pois é comprometido com outra mulher. Todos trocam um olhar de escárnio e dúvida. Nesse contexto, a TV interpreta os personagens gays sempre partindo de uma leitura preconceituosa.

Na propaganda, a exploração do caricato ainda continua. Durante o intervalo da novela *Cobras & Lagartos*, naquela ocasião, o comercial

de um grande magazine mostrou o ator Eduardo Moscovis contracenando com uma modelo que desfila para ele, se exibindo com vários tipos de roupa. No final da cena, entra um novo personagem, cheio de trejeitos afeminados e diz: “Uiiiiii... abalou!” A modelo ri e o comercial termina.

Exemplos de abordagem preconceituosa não faltam, mas é necessário registrar também algumas iniciativas isoladas que procuram contemplar a sociedade de forma mais ampla. O caso da propaganda da pomada Nebacetin (indicada para assaduras infantis) é uma das mais recentes. Nela, aparecem várias famílias unidas, e surge um casal formado por dois homens de mãos dadas, carregando um bebê no colo. O conceito de família mudou, mas a publicidade e os programas televisivos ainda não absorveram tal transformação.

Pretendo neste livro problematizar a suposta neutralidade dos programas televisivos de entretenimento e informação. Tais programas e telejornais, ainda que subliminarmente – ou nem tanto – reproduzem um discurso preconceituoso quando tratam das diferenças de gênero.

Para tanto, elegi categorias subsidiadas pela já citada teoria *queer*: ambiguidade, identidade, sexualidade, representação e, principalmente, transgressão dos gêneros – termo cunhado no final dos anos 1980 por homens que julgaram que as palavras *travesti*, *crossdresser*, *drag queen* ou *transexual* não eram apropriadas para designar os indivíduos que atravessavam a fronteira do gênero, mas não do sexo (Berutti, *apud* Lyra e Garcia, 2002, p. 111).

Um exemplo recente do limiar entre gênero e sexo foi veiculado pela mídia em março de 2008, relatando um fato ocorrido nos Estados Unidos entre um casal de lésbicas. Uma delas (a que se identificava com o gênero masculino e havia tomado hormônios para engrossar a voz e adquirir pelos) passou por um processo de inseminação artificial para engravidar. Explorando o sensacionalismo do fato, os meios de comunicação noticiaram que um homem estava grávido. A criança, uma menina, nasceu em 29 de junho de 2008. Na realidade, apesar de ter identidade masculina, a americana mantinha os órgãos do sexo feminino, tendo todas as condições para gerar filhos. Em junho de 2009

o casal foi notícia mais uma vez. Em menos de um ano nascia o segundo filho, gerado por inseminação artificial. A notoriedade do fato aconteceu depois que a mãe divulgou uma foto em que mostrava seu rosto com barba e a barriga de grávida.

No Brasil, outro caso polêmico ocupou o noticiário sensacionalista. No primeiro semestre de 2009, foi destaque a gestação de gêmeos por um casal de lésbicas. Uma fecundação artificial uniu óvulos de uma delas ao esperma de um doador. Os embriões foram introduzidos no útero da outra mulher. Após o nascimento das crianças, o casal queria registrar uma criança no nome da mãe geradora e a outra no nome da mãe que contribuiu com os óvulos. A briga foi parar na Justiça. A imprensa explorou apenas o fato específico do registro civil, sem aprofundar a discussão sobre a constituição de novas famílias.

Neste livro procuro analisar diversos aspectos do tratamento dado aos gays na programação humorística, entretenimento e telejornais. Para tanto, analiso os seguintes aspectos: duração; sequências audiovisuais; eventual entonação da voz do apresentador e/ou comentarista dos telejornais; edição; quem são e como discursam os personagens, os entrevistados e entrevistadores; e em que horário os programas vão ao ar. Nas demais programações, analiso alguns quadros nos quais a figura do gay é destaque.

Utilizo aqui o termo “gay” (e não homoerotismo) por entender que ele confere uma identidade ao sujeito e também por ser uma expressão amplamente divulgada pelos variados meios de comunicação, em especial a televisão, para se referir aos sujeitos homossexuais, tanto o masculino, quanto o feminino. Considero ser relevante, ainda, esclarecer que o termo homoerotismo, apesar de mais abrangente, vincula-se à ideia de uma estética homossexual, assunto não contemplado neste livro. O termo gay é abordado considerando-se toda a complexidade de relações de poder nas quais se situa a produção de identidades culturais, como a homossexual.

“Ler” a narrativa que a TV dá ao gay por meio da teoria *queer* é um exercício infinito e desafiador, porque a bibliografia, escassa no Brasil e pouco divulgada nos meios acadêmicos, sugere mudanças da compreensão do discurso sem perder de vista a ideologia dominante.

Explico: como já disseram outros autores, o que aconteceria se a famosa frase “*To be or not to be?*”, de William Shakespeare, fosse traduzida não mais por “ser ou não ser”, mas por “estar ou não estar?” Por que a tradução para o português dessa pergunta é sempre feita com o verbo “ser”, nunca com o verbo “estar”? Afinal, *to be* significa tanto *ser* quanto *estar*. É justamente nessa mudança de paradigma que a teoria *queer* se baseia. O ser humano não é nada definitivamente, ao contrário, está sendo.

Segundo Judith Butler (2001), professora de literatura comparada e retórica da Universidade da Califórnia, o gênero de uma pessoa é fluido, se modifica de acordo com o tempo e o contexto. A identidade é algo tão complexo, é composta de tantos elementos, que de fato a teoria *queer* propõe que seja desafiada toda e qualquer noção de “eu sou”.

A relação dos opostos – masculino/feminino, macho/fêmea – é utilizada pela teoria *queer* para questionar o discurso heterocentrado. Essa polarização ocorre para dissimular o fato de que as diferenças sociais dependem sempre da ordem política, econômica e ideológica. Em *A história da sexualidade 1* (1993), Michel Foucault também questiona o dispositivo que define o “ser” de uma pessoa com base em uma categoria parcial do “sexo”.

Nesse contexto, os programas de entretenimento, de humor e o telejornalismo brasileiro abordam temas que envolvem o homoerotismo de modo homogêneo e homogeneizante, sem abertura para uma reflexão mais ampla e mais atenta à multiplicidade das diferenças sexuais. A TV, em geral, e o telejornalismo, em especial, não veem diferença entre sexo e gênero. Para a TV, o comportamento de um personagem define sua orientação sexual. A sexualidade não pode ser inserida nessa perspectiva de opostos, uma vez que comportamentos como os do gay macho ou da lésbica chique convivem com o do travesti – ou com os estereótipos da bicha desmunhecada e da “caminhoneira” (gíria que designa mulheres masculinizadas).

Essas diferenças só são possíveis por causa da subjetividade do ser humano, que não se encaixa em “uma disposição psíquica do gênero binário”, como diz Butler (2001), ou na identidade cultural e sexual

como afirmação de personalidades historicamente desejadas e aceitas culturalmente.

A multiplicidade de gêneros é abordada por Berutti (2002, p. 117) num exemplo bastante significativo. Ela parte de três personagens na saída do cinema: uma *butch* (termo utilizado nos Estados Unidos para designar o que chamamos aqui de “caminhoneiras”), uma lésbica e uma transexual. A *butch* revela à amiga lésbica seu desconforto em ir ao mesmo banheiro com uma mulher que nasceu homem, referindo-se à transexual. Contudo, quando entra no banheiro, é abordada agressivamente por outra mulher, que lhe pergunta se *ela* não está usando o banheiro errado. Ironicamente a personagem transexual não se torna alvo da crítica dessa mulher, porque consegue conjugar gênero e sexo, passando despercebida. O mesmo não acontece com a *butch*, com sua expressão masculina de gênero.

Tais pensamentos ajudam a compor essa visão de gênero binário (homem-mulher) como ficção. Butler (2001) enxerga essa construção social e biológica como errônea, uma vez que se baseia numa espécie de racionalismo dos opostos. Essa tradicional visão de gênero não comporta o “exótico”, o “diferente”.

Para problematizar a suposta neutralidade dos telejornais que veicularam notícias sobre a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, adoto como metodologia os seguintes procedimentos: seleção dos telejornais; minutagem dos telejornais; e análise das narrativas audiovisuais. Já nos programas de humor e de entretenimento, focalizo a posição em que o gay é colocado no contexto e nas abordagens realizadas.

* * *

No capítulo 1, analiso a questão do gênero como parte de determinada organização da vida social, que perpassa ambos os sexos. O conceito de gênero se refere à construção social e cultural que se organiza a partir da diferença sexual. Supõe definições que encerram tanto a esfera individual – incluindo a subjetividade, a construção do sujeito e o significado que uma cultura dá ao corpo feminino ou ao masculino –, como a esfera social, que influi na divisão do trabalho, na distri-

buição dos recursos e na definição de hierarquias entre o feminino e o masculino.

Introduzo, ainda, noções da teoria *queer*, que questiona a diferença sexual, a materialidade do corpo e os significantes do gênero. A tradicional oposição homem/mulher, mutuamente dependente e ao mesmo tempo antagônica, adquiriu estrutura binária em virtude de sua associação com outras oposições: racional/emocional, forte/frágil, ativo/passivo etc. A dicotomia heterossexual/homossexual está igualmente presa em uma rede de oposições que a sustentam.

No capítulo 2, analiso as paradas do orgulho gay na cidade de São Paulo e em outras localidades. Faço um breve histórico do movimento homossexual no mundo – desde o final do século XIX – e de algumas de suas lutas até chegar à década de 1970, quando o gênero passa a ter uma conotação social ampla.

A partir de então, diferentemente dos movimentos anteriores, os novos grupos que se organizam no começo vão questionar a ordem liberal e os desmandos de aceitação integrada, insistindo mais na diferença do que na igualdade. Os movimentos de liberação dos anos 1970 abandonam a palavra “homossexual” devido à sua carga patológica e por ser uma denominação que desqualifica. Passam, então, a reivindicar o termo “gay” como marca de autorreconhecimento positivo e separado do discurso científico.

Analiso o tema da sexualidade tendo como suporte teórico a filosofia de Michel Foucault. Para isso, mostro, por meio dos conceitos foucaultianos, que o dispositivo de sexualidade teve efeitos transcendentais na redefinição das práticas homossexuais. Até o século XIX, a sodomia era uma categoria do antigo direito civil canônico, descrevia um tipo de ato proibido. A troca de “sodomia” por “homossexualismo”, categoria que surge na segunda metade do século XIX, passou a definir o homoerotismo como patologia.

No capítulo 3, faço um breve relato histórico do surgimento da TV no Brasil e o levantamento de toda a cobertura jornalística televisiva da Parada do Orgulho Gay de São Paulo, ocorrida em 10 de junho 2007. Para analisar os programas efetuei a clipagem das matérias vei-

culadas de cinco dias antes do evento, com os preparativos do episódio, até dois dias depois, com o “rescaldo”.

O estudo do conteúdo das reportagens leva em consideração o tempo utilizado na edição, a forma de abordagem, as entrevistas e suas respectivas fontes de informação, as imagens e, em alguns casos, os comentários dos âncoras da TV.

No capítulo 4, analiso a versão gay do programa *Beija Sapo* (MTV), apresentado por Daniela Cicarelli, e uma edição de cada um dos humorísticos *Zorra Total* e *Sob Nova Direção* (ambos da Rede Globo). Por fim, enfoco o último capítulo da novela *América*, também da Globo. Analisei programas dessa emissora porque ela é líder de audiência em vários horários e, portanto, tem mais responsabilidade na construção de identidades para o telespectador.

Nas análises, procuro demonstrar as sutis (ou nada sutis, em alguns casos) abordagens em que o preconceito é estimulado e impede a existência de um mundo onde a diferença seja respeitada.

1 LIMIAR DOS GÊNEROS

Nestes tempos pós-modernos², parece não fazer mais sentido falar do masculino e do feminino exclusivamente em termos biológicos. É preferível, então, utilizar o conceito de gênero, que remete à construção social e cultural que se organiza com base na diferença sexual. A categoria gênero se refere tanto às mulheres quanto aos homens, enfatizando a dinâmica relacional entre os universos feminino e masculino.

Conforme Eleanor Faur (2003, p. 40), existem distintas definições do conceito de gênero. Algumas delas ampliam a dimensão simbólica que cada cultura elabora sobre a diferença sexual; outras destacam a desigualdade de poder que está presente sistematicamente nessa construção cultural. Mas todas coincidem de algum modo, já que defendem que o gênero supõe, ao mesmo tempo, a construção de identidades na ordem do simbólico e seu ordenamento social e institucional, baseado nas relações sociais determinadas por hierarquias.

Porém, é Judith Butler (*apud* Louro, 2001, p. 153-4) quem vai tecer alguns questionamentos sobre a diferença sexual e indagar sobre a

2 Refiro-me aqui à pós-modernidade segundo J. F. Lyotard, quando discorre sobre o saber nas sociedades mais desenvolvidas. O autor opõe a ciência moderna, legitimadora do consenso e da unanimidade, à ciência pós-moderna, calcada na “incrédulidade em relação aos metarrelatos”, que aguça nossa sensibilidade para as diferenças, reforçando nossa capacidade de suportar o incomensurável. A base material da pós-modernidade é a globalização econômica, com todas as implicações que esse fenômeno tem para a sociedade e para os sujeitos subjetivamente desprovidos de qualquer senso ativo de história.

existência de uma forma de vincular a questão da materialidade do corpo à performatividade³ do gênero.

A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. Isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o “sexo” é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo.

O conceito de gênero enfatiza o caráter social e cultural do ser humano. Muitos estudos na área fizeram articulações entre gênero e classe/raça/etnia, o que indica não somente o compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos como a convicção de que as desigualdades de poder se organizam.

Para Butler (2005, p. 180) a identidade fornecida pelo gênero – e não pelo sexo – esconde a aproximação entre gênero e essência, entre gênero e substância. Conforme essa autora, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, é aceitar também que o gênero expressaria uma essência de sujeito. Numa tentativa de “desnaturalizar” o gênero, Butler pro-

3 Segundo Butler, performatividade é a produção de significados. É entendida como a realização de algo, fazer algo acontecer: ser, viver, estar, agir... São modos diferentes e muitas vezes normatizados (normalizados) de ser, de agir, de viver, de amar conforme os gêneros.

põe libertá-lo daquilo que ela chama – em uma referência a Nietzsche – de metafísica da substância. Segundo ela, na maioria das teorias feministas o sexo é aceito como substância, como aquilo que é idêntico a si mesmo, em uma proposição metafísica. Butler argumenta que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual, que não denota ser substantivo, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (2005, p. 180).

Ambiguidade

Para aprofundar ainda mais a questão das diferenças de gênero, aproprio-me do termo “ambiguidade” como utilizado por Garcia (2004), que a define como aquilo que pode tomar mais de um sentido em razão de um entrelaçamento de ideias ou de sua própria complexidade conceitual. Ou seja, na ambiguidade convivem a diversidade e a diferença de gêneros sociais.

O fato ambíguo busca favorecer a dúvida, relativizando as relações discursivas que se diluem nas consequências de uma atividade imprecisa. A ambiguidade também serve como aparelho facilitador das estratégias discursivas no desenvolvimento da pesquisa sobre a construção do conceito de homoarte. O princípio da natureza transideológica da ambiguidade expõe uma lógica poética na concepção de uma diversidade. (Garcia, 2004, p. 137)

Contrapondo-se à ambiguidade está a consciência universal masculina, que é hegemônica e permeia relações entre minorias e majorias. Para Deleuze e Guattari (2002, p. 52), a noção de minoria, com toda sua abordagem jurídica e política, é bastante complexa. Maioria e minoria não se opõem apenas no aspecto quantitativo:

Maioria implica uma constante, de expressão e de conteúdo, como um metro padrão em relação ao que ela é avaliada. Suponhamos que a constante ou metro seja homem branco, masculino, adulto, habitante das